

TIPO

ARTIGO CIENTÍFICO

ÁREA TEMÁTICA

ECONOMIA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TÍTULO

BANCO DO POVO DE RONDÔNIA: Uma estratégia para o desenvolvimento regional

Ítalo Oliveira Guedes (contato.italoguedes@gmail.com)

UNIR

Alan Negri Feitosa (alannegrifeitosa@hotmail.com)

UNIR

Neima Quele Almeida da Silva (neimaquele@yahoo.com.br)

UNIR

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil socioeconômico dos tomadores de microcrédito produtivo orientado do Banco do Povo de Rondônia, bem como levantar as transformações que ocorreram em seus negócios e na qualidade de suas vidas após o acesso a este serviço. A pesquisa é relevante por ser o microcrédito uma importante ferramenta de inclusão social que possibilita ao tomador que exercem atividades econômicas, formal e informal, a oportunidade de melhoria tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, gerando emprego e renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. Para tanto realizou-se no contexto do referencial teórico levantamento histórico do microcrédito pelo mundo, como o acesso ao microcrédito influência nas transformações e no desenvolvimento do território. Metodologicamente, foi realizado levantamento de dados através de pesquisa com aplicação de questionário aos tomadores do microcrédito e às instituições do banco do povo de Rondônia, com o objetivo de analisar o perfil socioeconômico desses tomadores. Os resultados mostram que após o acesso ao microcrédito os empreendedores puderam aperfeiçoar seus negócios o que refletiu em seus resultados e conseqüentemente em sua qualidade de vida.

Palavras-Chave: Microcrédito. Desenvolvimento. Empreendedorismo.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário do mercado de trabalho vem experimentado um aumento expressivo do nível de desemprego em todo país, tal circunstância pode estar ligada a diversos fatores que possam justificá-la, como por exemplo, o aumento do nível de tecnologia empregado nas empresas, que passam a utilizar cada vez menos mão-de-obra (KATO; PONCHIROLI, 2002).

Diante deste cenário de adversidades, vários brasileiros têm buscado outras fontes de renda. Assim passam a vislumbrar diversas oportunidades de negócios nos momentos de dificuldades financeiras, criando assim novos produtos ou serviços ou até mesmo fazendo-os de maneiras tradicionais.

Porém, ao se arriscarem nesse caminho, muitos acabam fadados ao fracasso, pois, muito além do que ter uma boa ideia de negócio o empreendedor necessita de conhecimento, o que muitos acabam não tendo. Outra dificuldade que esses novos empreendedores encontram, ao colocar sua ideia em prática, está no acesso ao crédito junto às instituições bancárias, para colocarem suas ideias em prática. Com isso, sem um histórico bancário “atraente”, por mais que o empreendedor apresente uma boa ideia de negócio à instituição, dificilmente terá o crédito concedido, devido às diversas restrições que os colocam. Assim, o acesso ao microcrédito, surge como uma excelente alternativa para esses empreendedores.

Segundo Paiva e Galiza (2002), o microcrédito reúne poucos pilares básicos quais sejam a) emprestar recursos para microempreendedores, sem acesso ao mercado formal de crédito; b) eliminar a exigência de garantias reais, pelo uso de colaterais substitutos, eficientes; c) aproximar o funcionário da instituição de microfinanças (“agente de crédito”) e o cliente; d) manter taxas de juros capazes de tornar a instituição de microfinanças (IMF) sustentável.

Partindo dessa análise, pode-se verificar que o papel do microcrédito não surge apenas como opção para obtenção de crédito facilitado, pois, ele apresenta uma forte ferramenta de fomento e desenvolvimento econômico e social. Os experimentos com o microcrédito têm confirmado, através dos tomadores de crédito, que é possível criar emprego partindo de uma ação delineada, fazendo com que exista um desenvolvimento local (SELA et al. 2006).

Portanto, propõe-se com este artigo, uma análise do perfil dos tomadores de crédito, bem como as transformações advindas com o acesso desse serviço no estado de Rondônia, através do Banco do Povo. Desta forma, ao final o presente estudo proporcionará aos

microempresários e demais pesquisadores da área, uma ampla visão sobre as formas de obtenção de crédito bem como a importância desse tipo de serviço como estratégia de desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Regional

Para Buarque (2004) o processo de desenvolvimento regional surge resultante de um processo endógeno, que se utiliza da capacidade, das oportunidades e das potencialidades locais, culminando em uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nesta perspectiva, ao se tornar acessível o crédito produtivo às pessoas que, por algum motivo estejam excluídas, ou mesmo possuam algum tipo de dificuldade em tê-lo pelo sistema financeiro tradicional, podem aprimorar suas condições socioeconômicas com o aperfeiçoamento de suas atividades produtiva (SELA *et al.* 2006).

Segundo Silva Júnior (2007), para o desenvolvimento socioeconômico do território, os Bancos Comunitários criam produtos sob demanda para seu público alvo e ofertam o que necessitam, levando-se em conta não apenas o retorno que os produtos ou serviços ofertados trarão, mas principalmente, os ganhos sociais do investimento. Ainda segundo o autor, os Bancos Comunitários adotam os princípios da Economia Solidária, oferecendo à população de baixo desenvolvimento socioeconômico e/ou excluídas do sistema financeiro quatro serviços: a) fundo de crédito solidário; b) moeda social circulante local; c) feira de produtores locais; d) capacitação de crédito solidário.

Veiga (1998, p. 11), caracteriza o desenvolvimento como “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente”.

Na visão de Boisier (1989), ao buscar compreender o processo de desenvolvimento regional, deve-se focar em especial a um conjunto de elementos que demarcam a esfera do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e, dos conceitos que hoje são dominantes sobre o desenvolvimento econômico.

Explica Muls (2008) que ao considerar o desenvolvimento como obra de interações sociais que ecoam na maturação das instituições locais, a abordagem institucionalista agrupa

elementos sociais e históricos que estão enraizados no território, presos aos costumes e a tradição de uma região.

2.2 Breve relato histórico sobre o microcrédito

De acordo com Sela et al. (2006), o microcrédito nasceu da necessidade de se criar uma alternativa de crédito para pessoas físicas e jurídicas do setor formal e informal, nos quais por vários motivos se privam do acesso ao sistema bancário tradicional. Ainda de acordo com os autores, os primeiros registros sobre concessão microcrédito de que se possuem notícias ocorreu no sul da Alemanha, em 1846, denominada de “Associação do Pão”, criada pelo pastor Raiffeinsen.

O pastor, que também era prefeito da cidade, concedia empréstimos de farinha de trigo para os fazendeiros que estavam endividados e/ou reféns dos agiotas, e assim, com a fabricação e comercialização de pão caseiro, eles pudessem obter algum capital (TANNURI, 200).

Porém, conforme Sela et al. (2006), tal atividade expandiu-se e serviu de modelo para popularizar o microcrédito, após as experiências iniciadas em Bangladesh, em 1976, pelo professor de economia Muhammad Yunus, que encontrava-se descontente com toda a pobreza que cercava a universidade.

Vendo a pobreza assolando o entorno da universidade e, com o objetivo de melhorar a renda das pessoas daquela região, o professor Yunus, começou a se oferecer como avalista nas instituições bancárias da cidade para tomar empréstimos aos interessados no projeto. A ação progrediu tanto que deu origem, na década de 1970, ao Grameen Bank, no qual atualmente, empresta cerca de US\$ 2,4 bilhões em microcrédito. Naquele Banco, há cerca de 2,3 milhões de empreendedores de pequeno porte, que vão ampliando as oportunidades de realização de negócios.

Para o professor Yunus (2002), o microcrédito apresentou alguns avanços na qualidade de vida das pessoas de Bangladesh, tais como: crescimento na renda das famílias beneficiadas pelo empréstimo; um terço dos clientes deixou a pobreza e outros dois terços estão a caminho disso; as crianças estão mais bem nutridas; houve melhoras na alfabetização e moradia; e decréscimo de 40% na mortalidade infantil.

O acontecido com população de Bangladesh por meio do microcrédito, fez com que o modelo sugerido pelo Banco Grameen começasse a expandir-se para o mundo todo (SPOSTO et al. 2011). No Brasil o microcrédito surgiu ainda na década de 1970, com o

Projeto UNO (União Nordestina de Apoio às Pequenas Organizações) em Pernambuco e na Bahia.

O microcrédito apresentou uma expansão mais significativa na década de 1990, tendo sido registrado, em 2000, cerca de 100 instituições que operavam com microfinanças (VIEIRA, 2012). Já o primeiro Banco Comunitário a surgir no Brasil, conforme Segundo (2008) foi o Banco Palmas, em janeiro de 1998, no conjunto Palmeira em Fortaleza.

Destacam-se ainda outras instituições criadas para experiências com o microcrédito no Brasil, como: o Banco da Mulher, criado em 1984 no Rio de Janeiro, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE) em Porto Alegre. Destaca-se ainda, o programa CrediAmigo como um dos mais importantes do país e um dos maiores da América Latina (SPOSTO et al. 2011)

Nota-se, que as instituições de microcrédito vêm atuando especificamente nos setores discriminados pelas instituições financeiras tradicionais. Com esse apoio, os pequenos empreendimentos são viabilizados e dinamizados, podendo inclusive ampliar as oportunidades para realização do negócio dos empreendedores, formais e informais, no contexto local (SELA et al. 2006)

Apesar de sua importância e do elevado nível de pobreza do Brasil, as atividades de microcrédito se encontram em um estágio muito inferior ao de seu potencial, pois, cujos demandantes giram em torno de 35 milhões de clientes e com dificuldades de massificação (BACEN, 2010 apud CHAVES, 2011).

Assim, o microcrédito emerge com o escopo de ser mais que uma alternativa de financiamento mais acessível aos pequenos empreendedores, mas também como fonte geradora de renda e emprego, contribuindo assim para a economia e o desenvolvimento social.

2.3 Microcrédito como ferramenta de desenvolvimento

Leciona Segundo (2008), que os serviços ofertados pelos Bancos Comunitários são voltados principalmente para o apoio às economias de regiões como bairros e municípios que possuem baixo IDH, e assumem um papel de promotor do desenvolvimento local.

O desenvolvimento social refere-se às melhorias tanto no bem-estar individual quanto no bem-estar social geral resultante do aumento do capital social – caracteristicamente, a acumulação de capacidade para permitir que indivíduos e comunidades trabalhem juntos (SOUSA, 2011).

Para Vieira (2012), as instituições financeiras são responsáveis por influenciarem em diversos setores da economia, e até na vida das pessoas, sendo assim, importantes para o desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas e ações que possibilitam melhor qualidade de vida das pessoas. Se inserindo assim no conceito de desenvolvimento sustentável o qual foi definido através do Relatório Brundtland, em 1987, na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), que conceituou desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Ao se analisar os processos de desenvolvimento, não se deve considerar como única vertente o crescimento econômico, visto que atualmente há uma maior humanização de seus conceitos fundamentados nos períodos neoclássicos do desenvolvimento.

Verifica-se, assim, uma maior tendência às considerações acerca das questões sociais e ambientais junto à econômica, sempre que se remeter ao desenvolvimento (BOISIER, 2000 apud VIEIRA 2012).

A sustentabilidade econômica busca elevar ao máximo o fluxo de renda que poderia ser gerado, enquanto, no mínimo, mantém o estoque de bens e/ou capital que produz esses efeitos mais favoráveis (HICKS, 1946 apud SOUSA, 2011).

As políticas de concessão de microcrédito destinam-se, principalmente, assim como acreditava o professor Yunnus ao dar início ao seu projeto, para a diminuição da exclusão social, gerando renda e trabalho à população tomadora do crédito. O crédito é destinado para o desenvolvimento social porque contribui para a ampliação das atividades das pequenas unidades produtivas no contexto local (SELA et al. 2006).

A aplicação dos recursos em suas atividades produtivas reflete-se também na melhoria das condições materiais de vida e sociabilidade dos beneficiados com o crédito (MENDES, 2009).

Desta forma, a democratização do crédito às micro e pequenas empresas (MPE) contribuem tanto para o desenvolvimento do local onde estão inseridas, quanto para o desenvolvimento do país.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada para elaboração deste artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva analítica. Para Gil (2002, p. 42) “[...] As pesquisas descritivas têm como

objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda segundo o autor umas das características mais importante deste tipo de pesquisa está na aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática.

Com o intuito de criar embasamento teórico e subseqüentemente uma análise do funcionamento do Banco do Povo de Rondônia, foram realizadas, inicialmente, pesquisas bibliográficas em livros, revistas, artigos científicos, revistas e em sites da internet.

Para coleta dos dados, foi realizada pesquisa de campo com aplicação de questionário ao diretor das instituições do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo de Ariquemes (FAEPAR), bem como os dados apresentados no relatório anual de atividades da Associação de Crédito Cidadão de Rondônia (ACRECID).

Por fim, foi realizada a aplicação de um questionário socioeconômico com aos tomadores de crédito, a fim de levantar o perfil socioeconômico destes, bem como buscar compreender se o acesso a este crédito contribuiu, tanto para melhoria da qualidade de suas vidas, quanto para seus negócios. Por questões de logística, o questionário aplicado junto aos tomadores foi realizado apenas na cidade de Porto Velho, levando-se em consideração a quantidade de aproximadamente 10% dos clientes do Banco do Povo, desta localidade, selecionados pela agência e aplicado por telefone. Os dados foram armazenados e tabulados em arquivo digital utilizando-se a ferramenta Excel da Microsoft.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Banco do Povo de Rondônia

A atuação do Banco do Povo no Estado de Rondônia dar-se por meio de parcerias, entre o governo do estado e outras instituições, como: o Sindicato da Micro e Pequena Indústria (SIMPI), Federação Estadual da Pequena Empresa de Rondônia (FEEMPI), Federação do Comércio do Estado de Rondônia (Fecomércio/RO), Federação da Indústria do Estado de Rondônia (Fiero), entre outras.

Em Porto Velho, o início das atividades de concessão de microcréditos se deu com a fundação, em 12 de setembro de 2001, da Associação de Crédito Cidadão de Rondônia (ACRECID), todavia, só veio a se tornar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2002. A instituição nasceu com o objetivo de conceder créditos ágeis,

acessíveis e adequados para o fortalecimento e/ou criação de micros e pequenos empreendimentos, formais ou informais localizados e com endereço fixo no Estado.

Atualmente, a agência Banco do Povo/ACRECID, conta com 18 postos de atendimento espalhados por todo estado, fomentando atividades econômicas tanto na área urbana quanto rural.

Além das agências ACRECID, Rondônia também conta com a atuação das agências Banco do Povo/FAEPAR (Fundo de Apoio ao Empreendedorismo de Ariquemes) que tiveram suas atividades iniciadas em 10 de agosto de 2007, com a criação de sua agência Banco do Povo/FAEPAR na cidade de Ariquemes, e conta com a atuação de 13 agências pelo estado.

Cabe ressaltar que, embora ambas recebam o nome fantasia de Banco do Povo de Rondônia, são estas entidades distintas entre si em seus estatutos e que, a área de atuação de uma diverge da outra. No entanto, ambas são classificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), na qual é uma classificação decorrente da Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 Junho de 1999, assim, uma instituição recebe a qualificação de OSCIP após seu estatuto ser analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça.

Em 23 de janeiro de 2002, o governo do estado sancionou a lei de número 1.040, que autorizou a criação do Programa de Microcrédito no âmbito do Poder Executivo. Esta lei traz em seus dispositivos, entre outros, as provisões das receitas para o Programa de Microcrédito que deverá utilizar recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), entretanto, o estatuto da instituição deverá prever sua auto-sustentação financeira bem como a devolução dos recursos aportados pelo Poder Público Estadual, em caso de dissolução da Associação.

4.2 Resultados apresentados pelo Banco do Povo de Rondônia

Com uma economia movimentada pela produção de grãos, pecuária, indústria e comércios, o Estado de Rondônia destaca-se em nível nacional como sendo um dos estados mais promissores do país, neste contexto surgem também, os pequenos empreendedores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento do estado atuando apenas no cenário local.

Assim, o Banco do Povo de Rondônia, tem notório conhecimento de que microcrédito que está sendo oferecido é uma eficiente ferramenta de inclusão econômica e social das populações empreendedoras voltados, principalmente, aos micro e pequenos empreendimentos que de certa forma acabam sendo menos assistidos, por meio de linhas de crédito produtivo e orientado por parte das instituições bancárias tradicionais.

Com isso segundo a ACRECID, são beneficiários dos microcréditos operacionados pelo Banco do Povo de Rondônia, àqueles que exercem atividades produtivas (comércio, indústria e serviços), tanto do segmento formal como informal, seja ele urbano ou rural.

No entanto para ter acesso aos microcréditos são exigidos dos tomadores algumas garantias básicas, a fim de assegurar formas de ressarcimentos em casos de inadimplência, a saber: a) aval solidário em grupo, com no mínimo 3 participantes; b) alienação fiduciária, garantia real (imóveis, veículos e equipamentos); e c) Fiança.

Além das garantias, é exigido que o empreendimento esteja localizado no Estado de Rondônia, e que os tomadores não estejam com restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito, bem como apresentação de documentações básicas de identificação para cadastramento.

O Banco do Povo de Rondônia trabalha com uma faixa de valores disponíveis para empréstimos, tanto à pessoa física, jurídica, cooperativas e associações legalizadas, que compreende de R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00, com aplicação de taxas de juros de 1% a 2% ao mês com bônus de 50% nos juros se pago até a data do vencimento. Possui também prazos diferenciados, sendo para capital de giro de até 12 meses, com prestações mensais fixas e sem carência, para investimento fixo prazo total de 24 meses, incluída a carência com prestações mensais fixas, e prazos de carência até 6 meses, de acordo com a especificidade do negócio.

Embora possua algumas exigências e garantias, segundo a ACRECID, o programa atua de maneira ágil e sem burocracia obedecendo aos seus critérios na concessão de crédito em grupos solidários ou individual, executando uma política de desenvolvimento capaz de contribuir de maneira decisiva no combate à exclusão social no Estado de Rondônia, gerando emprego e renda.

Segundo Arnaldo Campos¹, durante sua existência o Banco do Povo de Rondônia já concedeu mais de seis mil empréstimos, onde já foram liberados mais de R\$ 15 milhões. A tabela abaixo apresenta os dados de todas as agências ACRECID/Banco do Povo, nela pode-se observar a evolução dos três últimos anos.

¹ Diretor Presidente da FAEPAR

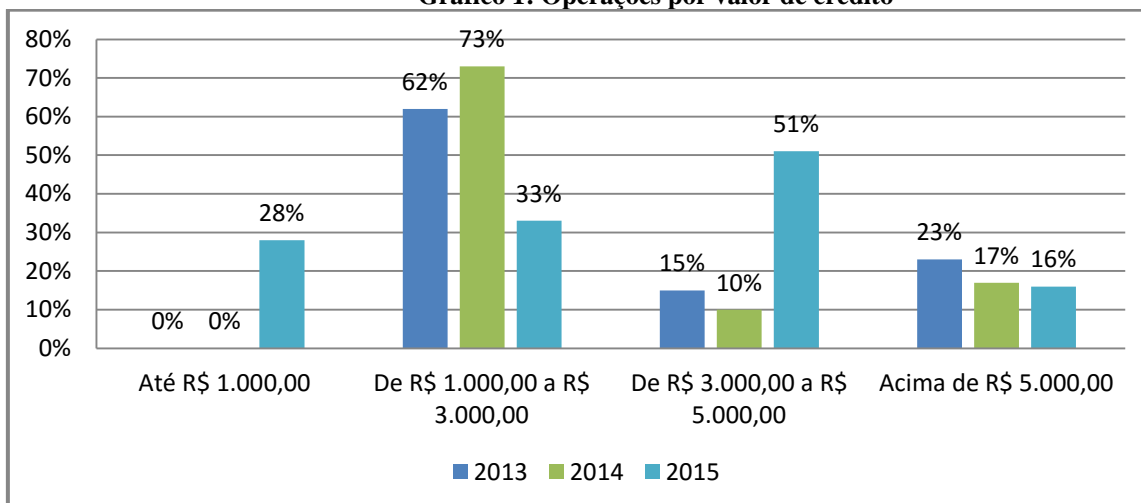
Tabela 1 – Desempenho operacional (2013 – 2015)

	2013	2014	2015
Total de crédito liberado	1705	1737	2070
Total de crédito renegociado	153	236	170
Valor das operações de crédito liberado	R\$ 5.916.083,16	R\$ 5.513.937,50	R\$ 6.117.814,23
Valor das operações de crédito renegociado	R\$ 575.128,37	R\$ 686.113,56	R\$ 495.662,07
Valor médio de crédito liberado	R\$ 3.469,84	R\$ 3.174,40	R\$ 2.995,46
Valor médio de crédito renegociado	R\$ 3.759,00	R\$ 2.907,26	R\$ 2.915,65
Valor total da carteira ativa	R\$ 4.626.894,85	R\$ 6.140.685,71	R\$ 6.965.764,94
Total de clientes ativos	1774	2611	2884

Fonte: Relatório anual de atividades ACRECID.

Constata-se através dos dados apresentados na Tabela 1, que do ano de 2013 para 2014 que, embora tenha ocorrido um aumento do número de clientes e de créditos liberados houve uma redução do valor total dessas liberações, em entrevista aos funcionários da agência informaram que tal fato se deve pelo motivo de que em 2014 a maior parte dos empréstimos foram de valores mais baixos que os de 2013. Ainda segundo os funcionários da agência, as despesas operacionais são todas cobertas pelas receitas advindas dos pagamentos dos empréstimos, sendo que os juros que são pagos pelos clientes são reinvestidos para novos empréstimos.

Gráfico 1: Operações por valor de crédito

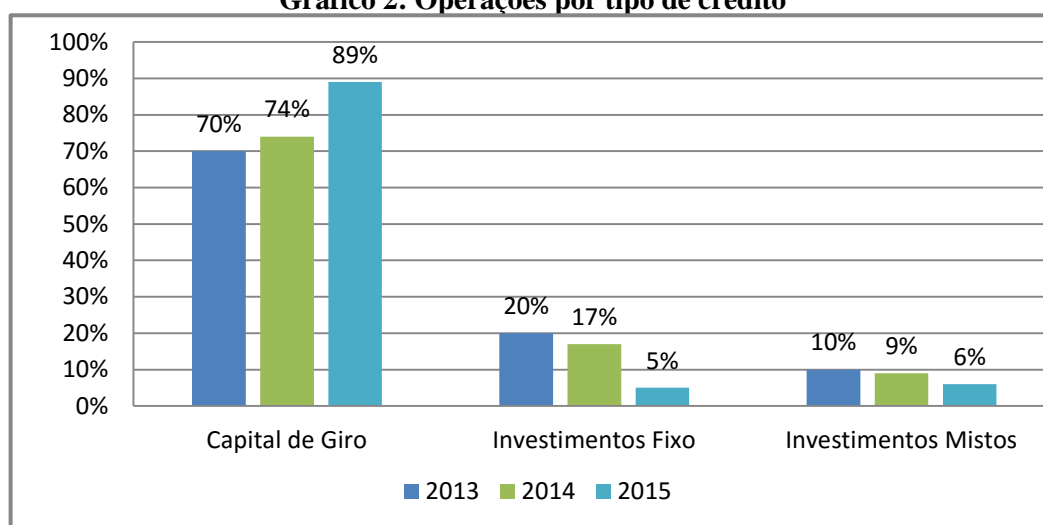


Fonte: Relatório anual de atividades ACRECID.

O Gráfico 1 mostra as ocorrências dos créditos liberados pelas agências da ACRECID, nota-se que durante os anos de 2013 e 2014 a maior quantidade de créditos

liberados, estavam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00, o que não aconteceu no ano de 2015, quando a maior parte liberada se concentrou ente R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00. Tal fato pode-se justificar pelos motivos de que grande parte dos tomadores dos créditos serem do setor informal da economia, e por suas atividades não exigirem grandes investimentos, como em maquinários e estrutura, por exemplo, assim utilizam o crédito para aplicação no capital de giro do negócio, os gráficos seguintes retratam estes dados.

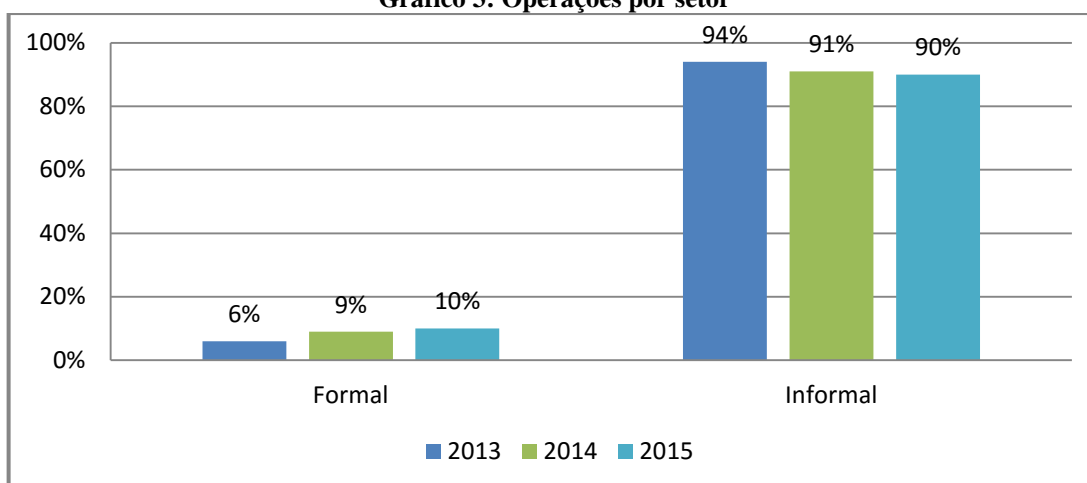
Gráfico 2: Operações por tipo de crédito



Fonte: Relatório de atividades anual ACRECID

O Gráfico 3, retrata o perfil dos negócios dos tomadores do microcrédito, pode-se comprovar através deste que, praticamente sua totalidade atuam no setor informal da economia, ou seja, não possuem empresas legalmente constituídas, ademais representam, também, o principal público alvo do programa de microcrédito produtivo.

Gráfico 3: Operações por setor



Fonte: Relatório de atividades anual ACRECID.

4.3 Contribuições do microcrédito

Após a realização da pesquisa de campo junto aos tomadores de crédito da agência ACRECID do município de Porto Velho, é possível ter acesso ao perfil desses tomadores, bem como os motivos que os levaram a optar pelo microcrédito, e as contribuições advindas do seu acesso.

Realizada sua tabulação, a pesquisa revela que 53% dos entrevistados pertencem ao sexo feminino e 47% masculino, tal fato se justifica por haver cada vez mais uma mudança de paradigmas da mulher na sociedade, onde essa busca seu próprio sustento e de sua família e ainda com o intuito de complementação da sua renda. Outro fator que pode justificar esses dados está na área de atuação dessas tomadoras, pois, ao empreender muitas acabam optando pelo ramo do comércio, área esta que possuem várias opções de segmentos.

A Tabela 2 apresenta os dados obtidos quanto à segmentação do ramo de atividades dos entrevistados.

Tabela 2: Qual ramo de negócio atua

Discriminação	Nº	%
Indústria	6	12
Comércio	21	42
Serviços	12	24
Rural	11	22
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se através dos dados apresentados na Tabela 2 que a maior parte dos entrevistados exercem suas atividades no ramo do comércio, sendo que desses aproximadamente 35% atua de maneira informal, com vendas de alimentos, feirantes, artesanatos, acessórios de moda entre outros, as atividades formais deste ramo são representadas por pequenos mercados de bairro, lojas de peças moto, bicicletaria e outros. No ramo dos serviços destacam-se a categoria de moto-taxistas como os principais tomadores de microcrédito, cerca de 84% dos entrevistados.

Tabela 3: Qual faixa etária se encaixa

Discriminação	Nº	%
Até 20 anos	0	0
De 21 a 30 anos	8	16
De 31 a 40 anos	22	44
De 41 a 50 anos	15	30
De 51 a 60 anos	3	6
De 61 a 70 anos	2	4
Acima de 71 anos	0	0
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Assim, a Tabela 3 mostra que a faixa etária da maior parte dos tomadores entrevistados está acima dos 30 anos, fato este que pode-se justificar por diversos fatores, entre eles a experiência no ramo em que atuam, o que também é uma das exigências ao se candidatar a tomador do microcrédito. Contudo, nota-se também, o interesse de jovens em buscar outras fontes de renda ou até mesmo, trocar o emprego de carteira assinada pelo empreendedorismo.

Tabela 4: Quais os motivos que os levaram a empreender

Discriminação	Nº	%
Estava desempregado	25	50
Desejo de ter o próprio negócio	13	26
Complementar a renda da família	7	14
Conhecimento da área de atuação	5	10
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta os dados que justificam os motivos que levaram os entrevistados a optarem pelo empreendedorismo, nela observa-se claramente que o principal fator que levou os tomadores a empreender foi o desemprego, esse fator atrelado ao sonho que muitos têm em ter o seu próprio negócio representam os principais motivos que impulsionaram os entrevistados. Contudo, apesar do desemprego ser o principal fator decisivo para essa tomada de decisão, importante salientar que todos os entrevistados já atuavam em suas respectivas áreas

antes de buscar o banco do povo para tomada de crédito, com isso pode-se considerar, também que estes possuem o conhecimento da área de atuação, porém, não foi esse o fator crucial que os levaram a dar o *start* em suas atividades.

Tabela 5: Há quanto tempo atua no negócio

Discriminação	Nº	%
Menos de 1 ano	3	6
De 1 até 2 anos	17	34
De 2 até 4 anos	9	18
Acima de 4 anos	21	42
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Diante dos dados apresentados na Tabela 5, evidencia-se a ideia de que os tomadores de crédito possuem larga experiência em suas áreas de atuação, dado a grande representatividade que possui os que estão atuando a mais de 4 anos em suas atividades, e em sua grande maioria são clientes do Banco do Povo que já foram beneficiados pelo microcrédito mais de uma vez. Outro fator que se deve levar em conta é o número de entrevistados que estão atuando de 1 até 2 anos no negócio (34%), estes empreendedores são os que estão tomando o crédito pela primeira vez, almejando o aperfeiçoamento de suas atividades com investimentos em maquinas, capital de giro, ampliação do estabelecimento entre outros.

Tabela 6: Número de pessoas contratadas

Discriminação	Nº	%
Nenhum	35	70
1 funcionário	5	10
De 2 a 4 funcionários	3	6
De 5 a 6 funcionários	5	10
Acima de 7 funcionários	2	4
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à geração de emprego as atividades desenvolvidas pelos entrevistados, mais da metade, não possuem funcionários registrados, visto que, atuam de maneira informal, porém, ao analisar este fator por outro prisma é nítido que há a geração de, pelo menos, o seu

próprio emprego, ou ainda de familiares que embora não estejam formalmente registrados, em sua maioria, também laboram junto aos tomadores.

Tabela 7: Qual a renda mensal das atividades que exerce

Discriminação	Nº	%
De R\$ 600,00 a R\$ 900,00	10	20
De R\$ 901,00 a R\$ 1.200,00	21	42
De R\$ 1.201,00 a R\$ 2.000,00	14	28
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	3	6
Acima de R\$ 3.000,00	2	4
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à renda mensal percebida pelos entrevistados, pode-se constatar que se concentra na faixa de R\$ 901,00 a R\$ 1.200,00, o que representa 42% do total de entrevistados, tomando como base o salário mínimo atual R\$ 880,00 considera-se uma renda boa levando-se em conta os salários praticados no mercado.

Tabela 8: Qual o motivo que o levou a recorrer ao microcrédito

Discriminação	Nº	%
Acessibilidade	14	28
Capital de Giro	21	42
Investimento	15	30
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos motivos que levaram os entrevistados a recorrer ao microcrédito, 42% respondeu que aplicação em capital de giro, seguido de 30% que responderam tomaram o crédito visando investir na ampliação ou modernização de suas atividades. Evidencia-se também, que 28% dos entrevistados recorreram ao microcrédito do Banco do Povo por serem mais acessíveis aos seus perfis, o que não seria possível se recorressem à instituições bancárias tradicionais.

A Tabela 9 apresenta os dados relacionados aos valores dos créditos tomados pelos entrevistados.

Tabela 9: Qual o valor do empréstimo tomado

Discriminação	Nº	%
De R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00	4	8
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	23	46
De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	14	28
Acima de R\$ 5.000,00	9	18
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se através dos resultados apresentado pela Tabela 9, que a maior parte dos créditos tomados pelos entrevistados situa-se na faixa intermediária de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 representando por 56% do total de entrevistados. Isso se deve de pelo motivo de que grande parte das atividades exercidas pelos entrevistados não exigirem grandes investimentos como em infraestrutura, maquinários e outros, sendo utilizado na maior parte em capital de giro e formação de estoque. O que diferentemente acontece com os entrevistados que tomaram créditos acima de R\$ 5.000,00, que possuem atividades que exigem investimentos de valores mais elevados, como indústria de picolé, mototaxistas, loja de peças para motos entre outros.

Tabela 10: Quais as mudanças ocorridas no negócio após o acesso ao microcrédito

Discriminação	Nº	%
Aumentaram as vendas	10	20
Aquisição de máquinas, utensílios, materiais	14	28
Expansão do negócio	20	40
Melhorou a qualidade dos produtos	6	12
Contratou mais funcionários	10	20
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 10 apresenta as mudanças ocorridas nas atividades dos entrevistados após a obtenção do microcrédito, e ao destinarem em seus negócios. Observa-se que quase metade dos tomadores (40%) utilizaram seu crédito para expansão do negócio, bem como puderam adquirir máquinas, utensílios e outros para o melhoramento das atividades. Pode-se notar ainda que o acesso ao microcrédito contribuiu para o aumento das vendas de 20% dos entrevistados, bem como contribuiu para a geração de emprego e conseqüentemente a renda de algumas pessoas.

Tabela 11: Quais as melhorias ocorridas na qualidade de vida de sua família

Discriminação	Nº	%
Reforma da residência	10	20
Melhoria na alimentação	9	18
Possibilidade de adquirir bens para a residência: móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc.	12	24
Lazer (passeios, viagens, clubes)	6	12
Possibilidade de comprar roupas, calçados	7	14
Estudos dos filhos	4	8
Ingresso dos filhos em atividades como inglês, futebol, cursos, etc	2	4
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à aplicação dos resultados advindos após tomarem o crédito, a Tabela 11 nos revela que 24% dos entrevistados afirmam que puderam adquirir bens para suas residências, assim como outra parcela representativa, 20% pôde realizar reformas em suas residências. No geral, os resultados obtidos neste quesito foram muito significativos, pois, demonstram melhorias ocorridas na qualidade de vida dos entrevistados e de seus familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que depois de obtido o acesso ao microcrédito produtivo orientado, ofertado pelas agências do Banco do Povo de Rondônia, os empreendedores puderam aplicar os recursos na melhoria de suas atividades, bem como tiveram uma melhora da qualidade de vida percebida, tanto na sua quanto de sua família, indo de encontro ao que acreditava o professor Yunnus ao dar início ao seu projeto em Bangladesh.

Constata-se ainda, através da pesquisa que o acesso ao microcrédito proporcionou, também, aos tomadores a geração de, pelo menos, seu próprio emprego, visto que o empreendedorismo é uma alternativa de geração de renda em momentos de crise. Além de disso, em alguns casos, segundo a pesquisa os empreendedores puderam contratar funcionários após as melhorias dos negócios

O microcrédito produtivo orientado do Banco do Povo de Rondônia se apresentou através das entrevistas, como uma importante ferramenta de inclusão social e econômica, visto que, ao ser concedido aos que o procuraram, transformou-se em fontes geradoras de emprego e renda, às populações empreendedoras que são menos assistidas com o crédito produtivo orientado.

Muito embora haja um grande acesso ao microcrédito, e com agências distribuídas em praticamente todo território do Estado de Rondônia, o Governo do Estado em parceria com as instituições almejam ampliar o atendimento às cidades que ainda não são atendidas, expandindo suas atividades e buscando o desenvolvimento do estado.

Contudo, evidencia-se que apenas essas iniciativas que são tomadas tomando como base as políticas adotadas pelos bancos populares e governos, ainda não são suficientes para que se tenha de fato um desenvolvimento de qualidade, da mesma forma pode-se concluir que também que suas adoções não serão capazes de, por si só, acabar com o assolamento do desemprego, tão pouco com a exclusão social e a pobreza. Porém, podem ser combinadas a outras iniciativas que apresentem resultados mais expressivos.

REFERÊNCIAS

BACEN. Relatório de inclusão financeira, v.1, n.1. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010. Disponível no www.bcb.gov.br. Acesso em 25/05/2016.

BOISIER, S. **Desarrollo (Local):** ¿De qué estamos hablando. Santiago de Chile: Cuadernos Regionales n°1, Universidad de Talca, 2000.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

CARDOSO, U. C. **OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público.** / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014.

CHAVES, S. S. **Panorama do Microcrédito No Brasil.** Banco Central do Brasil, 2011.

Hicks, J. (1946), *“Value and Capital”*, 2ª. edição, Oxford University Press, Oxford, UK.

KATO, J. M; PONCHIROLI, O. **O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.3, p.87-97, set./dez. 2002

MENDES, M. S. V. **Microcrédito e qualidade de vida urbana: o caso dos tomadores do empréstimo no BANPARÁ,** 2009.

SEGUNDO, J.J.N.M. 2008. Banco Palmas...um caminho. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro.** Ano 3, n°29, abril.

MULS, L. M. **Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais.** Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>. Acesso em: 12/06/2016.

PAIVA, L. H; GALIZA, M. **Microcrédito:** alternativas em evidência no país. 2002.

SELA, V. M; SELA, F. E; COSTA, S. C. **A importância do Microcrédito para o desenvolvimento econômico e social:** um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de Microcrédito. 2006.

DE SOUSA, T. T. **A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável- caso do banco palmas**, 2011, 67 f. Dissertação. (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente). Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Portugal, 2011.

SPOSTO, A. de S; ANTÃO, R. A. de S; FARIAS, T. M; CAMPANHOLO, T; FONTES, G. G. de O. A Utilização do Microcrédito no Desenvolvimento Sustentável. Revista da Católica. Uberlândia, v. 3, n. 5, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/index.php?pagina=sumariov2n4>>. Acesso em 19/04/2016.

TANNURI, D. MJ. Microcrédito. **Desenvolvimento Local:** Práticas Inovadoras. SPITZ, André & PEITER, Gleyse (Orgs.). Rio de Janeiro: Oficina Social/Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, p. 39-68, 2000.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural:** o Brasil precisa de um projeto. Texto para CONTAG,1998. 55 p.

VIEIRA, N. E. **O uso do microcrédito na pecuária leiteira de Jaru/RO uma alternativa de desenvolvimento regional sustentável.** 2012.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres.** 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.